

Estamos em crer que os construtivistas inabaláveis quererão «explicar-se» e que cientistas unidimensionais resistirão ao «realismo ingénuo» e à objectividade a qualquer preço, que poderão desembocar num qualquer neopositivismo, talvez à nossa espera na próxima esquina.

¹ Cf. *Grundriss der Empirischen Literaturwissenschaft*, Bd. 1. *Der gesellschaftliche Handlungsbereich Literatur*, 1980, Braunschweig-Wiesbaden, Vieweg, (Foundations for the Empirical Study of Literature. The components of a basic theory, trad. Robert de Beaugrande, 1982, Hamburg, Buske e *fundamentos de la ciencia empírica de la literatura*, 1991, Madrid, Taurus); e *Grundriss der Empirischen Literaturwissenschaft*, Bd. 2 *Zur Rekonstruktion literaturwissenschaftlicher Fragestellungen in einer Empirischen Theorie der Literatur*, 1982, Braunschweig-Wiesbaden, Vieweg).

Rosa Esteves

SILVINA RODRIGUES LOPES
A Legitimação em Literatura
Lisboa, Cosmos, 1994

A Legitimação em Literatura edita a tese de doutoramento que Silvina Rodrigues Lopes apresentou e defendeu na Universidade Nova de Lisboa, em 1993, com o título «O Problema da Legitimação em Literatura».

I.

O problema é desde o início referido à «exigência generalizada de justificação que surge na história do Ocidente com o advento da modernidade. Aplicada à literatura, a exigência de justificação dá lugar a uma contradição irresolúvel, a de se pretender afirmar do interior da racionalidade a possibilidade de um domínio que se subtrai à sua determinação» (9). Este problema, que a autora ligará historicamente ao próprio processo de institucionalização da literatura, na modernidade, será nesta obra um motivo-guia que se desdobra e correlaciona numa constelação de questões: a questão de «o que é a literatura?»; a da autonomização e secularização do estético e das diferentes esferas do mundo da cultura; a questão das relações entre filosofia e literatura; a questão do sentido; a questão da ciência, da interpretação e da teoria da literatura; a questão da experiência e do ensino da literatura.

Sinal da auto-consciência que no texto se revela, a exposição defronta a dificuldade do problema, o carácter contraditório e historicamente aberto da exigência de justificação da literatura, procurando uma organização que expressamente se apresenta como não-linear, quer no sentido narrativo, quer argumentativo. Na conclusão, poderá referir com rigor aquilo que fez ao escrever: «aquilo que se faz quando se aborda um problema é partir de leituras, relançá-las, confrontá-las, abrir o caminho da singularidade de um dizer» (629).

2.

Vejamos sumariamente o desenvolvimento do texto.

O cap. I abre sobre a questão da modernidade como «época de ruptura com a autoridade da tradição [que] implica o aparecimento de um problema de legitimidade e da conseqüente necessidade de auto-justificação» (21). Será depois um longo percurso de questionação da exigência de fundamento, das diferentes configurações da racionalidade, do conhecimento e da verdade; das várias formas de interiorização ou de compensação da dominância das tecnociências; das metamorfoses e distintas versões da modernidade e das suas fronteiras.

O cap. II, que estuda a institucionalização da literatura, começa por um movimento histórico que procura situar «a nasença» da literatura, a constituição do campo literário e da noção moderna de autor. Movendo-se entre vários gestos de datação, recorrendo a análises da «Querelle des Anciens et des Modernes», Silvina Rodrigues Lopes valoriza a determinação daquele nascimento com a modernidade, em emergência por meados do séc. XVIII; o que lhe permite ligá-lo ao surgimento da antropologia, da estética e da filosofia da história e colocá-lo no interior do processo de secularização e autonomização das esferas da cultura. A este propósito, é importante sublinhar o modo como une, na diferença e sob a questão do *autor*, Diderot e Rousseau. Esta sua leitura, que se projectará em outros momentos, acompanha uma concepção que, em vez de ver no romantismo uma espécie de reacção ou corte absolutamente posterior ao iluminismo, permite vê-los como uma unidade de diferentes, protagonistas contemporâneos e contraditórios de uma crise histórica.

O capítulo prolonga-se pelo estudo das relações entre estética, ontologia, crítica e literatura, designadamente no quadro da institucionalização desta. A secção final do capítulo, sobre «o jogo e o conhecimento em figuras», lança caminhos de reflexão mais tarde retomados, e conclui com um importante movimento argumentativo pelo qual lendo-se a literatura como escapando ao «princípio de razão» se recusa, entretanto, a sua equiparação ao mito, ou a sua colocação do lado do misticismo e do irracional, para a colocar como excedendo a dicotomização entre lógos e mito.

No arranque desta última secção, uma formulação há que nos faria esperar outros desenvolvimentos. A ideia de que «não é por acaso que a literatura nasceu com o romance» (327) não é arbitrária nem despicienda, – o séc. XVII vê de certo modo uma espécie de canonização ou de atribuição de um estatuto «sério» e esteticamente valorizado ao romance. É pois um problema que mereceria desenvolvimento, se possível em ligação com as metamorfoses da poesia e com o lugar que contemporaneamente a ela se faz. Não deixa aliás de ser curioso que sendo escassa a tematização da poesia, haja entretanto dois autores-textos que Silvina Rodrigues Lopes exemplarmente usa no seu trabalho: a figura da despedida (Herberto Helder, logo em epígrafe do livro) e o poema «Estrelas» (Carlos de Oliveira).

O cap. III, «Implicações da crise de fundamentos na teoria da literatura», inicia-se com um novo gesto histórico, a determinação de um duplo nascimento da teoria da literatura, – no séc. XX, designadamente com o formalismo russo, e no sentido de fundação de uma disciplina; e no séc. XVIII, acompanhando o nascimento da literatura, e no sentido não só da reflexão sobre ela, mas da auto-reflexão que nela se inscreve. Este primeiro gesto dá origem a um outro que argumenta a insustentabilidade de uma concepção essencialista da literatura, e que por sua vez se unirá à questionação dos argumentos contra a teoria de Knapp e Michaels. Da sua crítica dessa condenação

da teoria relevaria a impugnação da «pretensão de adoptar uma relação espontânea com os textos literários» (368), o argumento de que tal posição reduz insustentavelmente a noção de teoria e, por outro lado, não deixa de manifestar pressupostos teóricos, denegados enquanto tal. Sinal da construída singularidade do pensamento da autora é o modo como lê uma «rasura do literário, como rasura da possibilidade de pensar para além do conhecer [...] tanto do lado de uma certa defesa da teoria como do da contestação da mesma» (368-69).

A partir daí o capítulo move-se no confronto com várias correntes teóricas dos estudos literários do séc. XX, nomeadamente o formalismo russo, o new criticism, o estruturalismo e a desconstrução norte-americana. Este confronto organiza-se entretanto para questionar o que considera serem as três principais vias pelas quais se procura instituir ou fundar a legitimação por «uma autoridade prévia»: «A autoridade da ciência», «a autoridade da tradição» e a «autoridade da retórica». Os seus confrontos mais longos e interessantes são porventura com de Man e Hillis Miller.

A última secção do capítulo, mais uma vez, consiste numa reunião de razões que se relançam, por mudança do ponto de aplicação, e que ao mesmo tempo constroem a passagem para o capítulo seguinte. Partindo de uma primeira colocação da questão do ensino da literatura, encontra aqui a questão da ética da leitura e prepara o que virá a ser a sua noção de *experiência literária*. Recusando a possibilidade de uma definição positiva dessa ética, Silvina Rodrigues Lopes conjuga a possibilidade de uma ética da leitura com a consideração da existência, e da experiência, como «liberdade, decisão, responsabilidade, implicação na mudança» (508).

O cap. IV, «Legitimação e institucionalização da literatura como questões actuais da teoria» parte da ligação entre crise de legitimação e paradoxalidade da institucionalização, para observar o modo como a teoria literária se problematiza e instabiliza, e o nexos que une essa instabilidade com a particular *improbabilidade* da literatura. Esta «improbabilidade», que podemos remeter à variabilidade lógica e histórica do que designamos como literatura e às dificuldades das definições de literatura, é entretanto expressamente tomada num duplo sentido: «o de dela [da experiência literária] não haver provas (pois só ela é a prova) e de não caber em qualquer previsibilidade» (608).

As secções que discutem algumas das grandes questões do pós-estruturalismo – a da pluralização do sentido e a da abertura das interpretações –, prepara a aproximação de uma noção de *experiência literária*, que se procura construir através de um conjunto de demarcações – nem «experiência vivida», nem «intersubjectividade historicamente constituída» (606). Esta noção, na qual converge uma constelação de conceitos ou de traços do literário que se disseminam ao longo deste trabalho, encontra-se com a de *invenção*, e com as de «assinatura» e «contra-assinatura», em Derrida, permitindo à autora insistir ao mesmo tempo na abertura constitutiva ao outro e na irredutível unidade de escrita e leitura.

Sublinhe-se ainda que, em diálogo com as críticas da unicidade e determinação pré-constituída do sentido, acompanhando a tematização da pluralização intotalizável do sentido e da resistência dos textos à significação, Silvina Rodrigues Lopes é entretanto levada a pressupor um «projecto de sentido, sem o qual não existe escrita ou leitura» (587).

A «Conclusão» reúne os movimentos críticos que se exercem sobre as várias perspectivas que procuram a legitimação da literatura. Tal reunião dá-se «a partir da afirmação de que não há 'apenas literatura', não há uma especificidade do literário, pois esta dá-se sempre numa relação com a instituição literária na sua paradoxalidade, aquela que resulta da pretensão de garantir a

legitimidade do improvável» (629). Esta recusa da especificidade, que é uma recusa da insularização do literário, do essencialismo e da positividade das várias autoridades prévias, não a impede de reservar um «lugar» para a «literariedade». Por um lado, ela decorreria «da primazia dada ao acontecer do acontecimento, e por conseguinte da obscuridade inexpugnável, constitutiva da referência enquanto inscrição muda de um 'aqui' e 'agora', singular e sem referente» (633), o que precisamente inviabilizaria a sua definição. Por outro lado, «a 'literariedade' resulta dos processos específicos de demarcação da obra literária, processos que lhe garantem o direito à unicidade, ao mesmo tempo que a revelam como crise de identidade» (*ibid.*).

Da *crise* (e crítica) das «estratégias legitimadoras», assim como do *ethos* com que neste trabalho se escreve a relação com o literário, deriva uma significativa responsabilidade da universidade, como instituição do campo literário, – «a responsabilidade de manter viva a tensão entre transmissibilidade e intransmissibilidade, que na experiência literária são indissociáveis. A responsabilidade por um certo equilíbrio que não anule as obras em função de cânones, mas constitua também um dique à nivelção das obras em produtos literários indiferenciados» (641-42).

Finalmente, no último parágrafo das conclusões, formula-se uma *necessidade da teoria* marcada por uma tripla recusa, que contribui também para evidenciar mais nitidamente a «posição» e o sentido do percurso da autora: a de constituir a teoria da literatura [1] «na busca de um fundamento a partir do qual estabelecer critérios que determinem a 'literariedade'», [2] ou «na análise empírica do campo literário com vistas à determinação de categorias universais», [3] ou na sua redução «a uma teoria da leitura» (642). Esta última demarcação é particularmente importante; no quadro da indissociabilidade da escrita e da leitura, ela insiste na reserva do acontecimento-possibilidade da invenção que na escrita se configura e a leitura reinventa. Por aí e sem recair no essencialismo que longamente critica, dá a pensar a inescapável assimetria que marca a referida indissociabilidade, e que certas formas de convencionalismo e relativismo absolutos tendem a ocultar ou recalçar.

3.

No confronto com uma enorme massa de textos teóricos e críticos, de proveniências disciplinares diversas, o trabalho de Silvina Rodrigues Lopes não se limita a *arquivar* tais textos; interpela-os e, ao longo das suas leituras, vai construindo um percurso crítico e teórico com uma lógica consistente e obstinada. A singularidade procurada do seu dizer marca-se através do cruzamento de alguns movimentos insistentes:

a) A desconstrução de algumas influentes oposições binárias (*lógos* e mito; continuidade e descontinuidade; realidade e fingimento; possível e impossível), afastando-se ao mesmo tempo quer da absoluta separação dos seus termos, quer da sua fusão no uno ou da sua síntese à maneira da dialéctica hegeliana. Aqui, a lição é evidentemente derridiana, mas exerce-se, obstinada e coerentemente, nos campos em que se vai desdobrando o problema colocado.

b) O intermitente recurso ao *histórico* enquanto contextualidade e contingência, designadamente na procura da datação e contextualização dos problemas, e na crítica do essencialismo, da determinação do fundamento e da universalidade.

c) O seu procedimento crítico vai tecendo uma constelação de noções, conceitos ou quase-conceitos, que compõe a sua «posição»: *acontecimento, existência, finitude, singular, contingente, incerto e improvável; resistência ao sentido, descontinuidade e interrupção, decisão e responsabilidade ética da escrita-leitura; invenção, experiência, possibilidade e implicação na mudança.*

Pode dizer-se que este livro poderia tomar como sub-título aquele que foi o título de um anterior livro de ensaios da sua autora: Aprendizagem do incerto.

4. *Tópicos de reflexão.*

Na constelação de termos, acima referida, por vezes, a designação da percepção do singular na experiência literária, conjuga-se com a noção de *único*, aquilo que contém e subverte a lei. Embora, se previna expressamente que o singular ou o único não se dá numa «revelação estática» (por ex. 552), nem sempre fica claramente evitado o rasto de uma retórica do indizível e do inefável, que debilitaria o difícil rigor com que este trabalho se move.

O problema pode articular-se com a questão da historicidade. Uma determinada formulação liga o reconhecimento da singularidade das obras literárias à aceitação da «interrupção da história pelo acontecer do acontecimento» (632-33), e na mesma circunstância a «história» aparece referida «enquanto narrativa de acontecimento» (633). A formulação tem o inconveniente de parecer supor que o histórico é necessariamente do domínio do contínuo, quando o modo mais interessante e produtivo de o pensar é, provavelmente, o de pensar a historicidade como descontinuidade, ou como jogo da contradição entre continuidade e descontinuidade. Lembremos, a título de exemplo, a noção de «agoridade» e de «revolução», ou mais globalmente «As teses sobre a filosofia da história» de Walter Benjamin.

O nexa entre os dois problemas está na possibilidade de pensar a percepção da singularidade, não como algo de absolutamente único, mas como supondo uma *relação* (mesmo que disruptiva, de falha, interrupção ou subversão) *com a estruturalidade*, um conjunto aberto e contingente de relações, que entretanto nunca podemos totalizar, sob pena do encontro com o singular ser dissolvido, na sua concreção, pelas versões sacralizantes (e redutoras da linguagem, como a autora muito bem observa) do inefável «místico», risco que, aliás, Silvina Rodrigues Lopes longamente contorna.

Outra forma e outras implicações da questão da historicidade: (a) Em que medida a historicidade se reduz à contextualidade e à contingência de toda a enunciação ou interacção verbal, ou antes exige a estruturalidade (ou a necessidade estrutural)? (b) Será que o histórico é da ordem da indeterminação absoluta ou supõe antes a plurideterminação irreconstituível (ou seja, que não podemos absolutamente totalizar)? (c) Será que o histórico é apenas a questão ou a narrativa do passado, ou relaciona-se com as várias instâncias e figuras do tempo (a irreversibilidade do tempo, o tempo cíclico, o tempo do instante, a «paragem» do tempo e a transtemporalidade, ...) – re-encenação do passado, interrogação no presente, e inscrição do desejo e da ausência insaturável e futuro? Não será justamente uma configuração possível do histórico, a constelação da «liberdade, decisão, responsabilidade, *implicação na mudança*» (508, itálico nosso)?

Manuel Gusmão